

Nacionalismo de última hora

MAIS UMA PÁ DE DINHEIRO PÚBLICO SOBRE O MULTIBILIONÁRIO CAIXÃO DO BANESPA ?

*Rogério L. Furquim Werneck**

Na extensa lista de grandes descalabros da administração pública brasileira é difícil encontrar caso pior do que o do Banespa. Durante anos, a instituição foi palco de todo tipo de abuso, malversação e pilhagem de recursos públicos, em escala assustadora, sempre ao abrigo da presunção de que o governo federal jamais teria a coragem política de impor qualquer tratamento mais drástico ao banco estadual do maior Estado da Federação. Contudo, no último dia de 1994, exatamente na véspera do início dos primeiros mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do Governador Mário Covas, o Banco Central, com o beneplácito de FHC, tomou afinal a medida que há muito se fazia necessária. Mas a intervenção na instituição foi só o começo de um longo e custoso processo de auditoria, reconhecimento de dívidas e absorção de passivos pelo Banco Central e pelo Tesouro Nacional. Tudo isto em meio a conflitos com o novo Governador de São Paulo, inconformado com a intervenção. No segundo semestre de 1995, em oposição ao Banco Central, parte da equipe econômica alinhou-se ao Governador e passou a defender abertamente a devolução da administração do Banespa ao Estado de São Paulo. Cedendo a essas pressões, o Planalto, em uma das decisões mais infelizes do primeiro mandato, acabou anunciando, no final de 1995, que o banco seria de fato devolvido. Mas, afinal, prevaleceu o bom senso e a instituição foi mantida sob administração do Banco Central. Porém, os preparativos para a sua privatização tem encontrado toda sorte de entraves.

O fato é que o Banespa morreu há mais de cinco anos, mas permanece insepulto. Há poucas semanas, contudo, foi por fim anunciado que a instituição deverá ser privatizada em meados do ano. E nas vésperas do Natal, um decreto do presidente da República abriu a possibilidade de que o Banespa venha a ser adquirido por investidores estrangeiros. Como era de se esperar, a proximidade concreta do leilão vem agitando o mercado financeiro. Afinal, a privatização do Banespa poderá alterar o *ranking* dos maiores bancos privados de capital nacional no País ou aumentar significativamente a participação de instituições estrangeiras no setor. Esta última possibilidade vem dando lugar a controvérsia.

A decisão do governo de permitir a entrada de investidores estrangeiros no leilão do Banespa vem sendo criticada. O que se argúi é que chegou o momento de conter a ampliação da participação estrangeira no setor. E que somente instituições financeiras nacionais deveriam ter sido autorizadas a entrar no leilão. Mas como o governo já se comprometeu com a participação de instituições estrangeiras, o que se propõe é que os

bancos de capital nacional possam participar do leilão reforçados por financiamento do BNDES.

São argumentos pouco convincentes. Como já foi notado na imprensa, é curioso que o setor financeiro, tendo participado tão sofregamente da privatização de outros setores, sem maiores restrições à participação do capital estrangeiro, tenha sido subitamente tomado de tardia inquietação nacionalista. Por outro lado, é mais do que sabido que se o governo tivesse restringido o acesso de investidores estrangeiros ao leilão estaria de fato contentando-se com um valor de venda mais baixo. Ora, o Banespa é um caso emblemático. Depois de tudo o que se passou com esta instituição, e do gigantesco rombo que acabou tendo de ser absorvido pelo Banco Central e pelo Tesouro, é no mínimo um desrespeito ao contribuinte o governo se dispor a vender o que sobrou do Banespa, a uma grande instituição financeira nacional, a um “preço camarada”. O mesmo se pode dizer da proposta de reforçar o cacife de instituições financeiras de capital nacional no leilão do Banespa com financiamento a juros subsidiados do BNDES. Por sorte, pelo menos um dos grandes bancos de capital nacional já declarou publicamente que não tem necessidade de qualquer apoio do BNDES para disputar o leilão. Seria bom se os demais pudessem declarar o mesmo.

O setor financeiro ainda está em pleno processo de adaptação às profundas modificações ocorridas na economia brasileira nos últimos anos. O fim do regime de alta inflação, a abertura ao exterior e a redução de margens decorrentes da queda das taxas de juros vêm modificando rapidamente as condições em que opera o setor. E este vem mostrando extraordinária capacidade de adaptação. Mas a acomodação do setor a estas novas condições ainda parece longe do fim. Novas fusões e aquisições para assegurar ganhos de escala parecem inexoráveis. Contudo, é difícil aceitar o argumento de que cabe ao governo conduzir desde já este complexo processo. É no mínimo prematuro, e certamente subjetivo, o diagnóstico de que não há mais espaço para ampliação do capital estrangeiro no setor. As maiores instituições financeiras do País são de capital nacional e ainda estamos muito longe da desnacionalização extrema ocorrida no Uruguai e na Argentina, ao contrário do que freqüentemente vem sendo sugerido. Ademais, o governo dispõe de instrumentos regulatórios eficazes para conter a participação estrangeira no setor se isto afinal se fizer necessário. Definitivamente, não há, a esta altura, pruridos nacionalistas que possam justificar mais uma generosa pá de dinheiro público sobre o multibilionário caixão em que afinal será enterrado o Banespa.

* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.